



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**  
Departamento de Zoneamento Territorial

**Assunto:** Grupo de Trabalho sobre “Esclarecimentos sobre os Planos de Recursos Hídricos em Regiões que Contenham Trechos da Zona Costeira”

**Origem:**  
DZT/SEDR/MMA

**NOTA TÉCNICA nº 24/2011**

**Ref:**Ofício Circular nº11/2011/CTIL/CNRH/MMA

## **1. Introdução**

1.1 A presente Nota Técnica atende a solicitação constante no Ofício Circular nº 11/2011/CTIL/CNRH/MMA, datado em 04.08.2011, enviado pela Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para participar da 6ª Reunião do Grupo de Trabalho "Esclarecimentos sobre os planos de recursos hídricos em regiões que contenham trechos da zona costeira", realizada no dia 17 de agosto do corrente ano.

1.2. No evento supracitado ficou acordado que os interessados deveriam encaminhar a manifestação técnica referente ao relatório intitulado “Esclarecimentos sobre os Planos de Recursos Hídricos em Regiões que Contenham Trechos da Zona Costeira” ao Coordenador do referido Grupo de Trabalho.

## **2. Análise**

2.1 De acordo com o relatório o Grupo de Trabalho “foi criado na 22ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, em 17 de dezembro de 2009, com o objetivo de prestar esclarecimentos técnicos, institucionais e jurídicos relativamente a temas que envolvam recursos hídricos em zona costeira”. Esclarece ainda que “a criação do Grupo de Trabalho foi motivada pelas dúvidas acerca da proposta de Resolução que ‘estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos em regiões que contenham trechos de zona costeira’ (item 2.1 da pauta da referida reunião)”.

2.2 O relatório apresenta a) esclarecimentos técnicos, b) esclarecimentos institucionais e legais, c) análise da proposta de resolução que estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos em regiões que contenham trechos de zona costeira e d) sugestões para o encaminhamento da questão no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

2.3 Para dirimir qualquer dúvida sobre como ocorre a gestão da costa brasileira, a seguir será apresentado o conceito internacional de gerenciamento costeiro integrado que orientou o marco legal da Zona Costeira e conseqüentemente pode orientar a integração com a Política Nacional de Recursos Hídricos.

2.4 O Gerenciamento Costeiro Integrado (GCI) é “um processo contínuo e dinâmico no qual as decisões são tomadas para um uso sustentável, desenvolvimento e proteção de áreas e recursos marinhos e costeiros” (CICIN-SAIN & KNECHT, *apud* TAGLIANI, 2002). Tal processo deve ser entendido como de constante retroalimentação, ou seja, deve ser adaptativo, no sentido de que as pessoas ou instituições aprendam com as experiências e as usem para melhorar a prática de gestão. Visa também superar a fragmentação tradicional de abordagem setorial no manejo, seja em relação aos usos (pesca, turismo, mineração, qualidade da água), seja em relação às jurisdições governamentais (níveis de governo), para assegurar que as decisões sejam organizadas e consistentes com as políticas costeiras da nação, dentro de um arranjo institucional equilibrado. O GCI não substitui o manejo setorial de recursos, mas assegura que todas as atividades funcionem harmoniosamente, ou seja, deve ser tão integrado quanto estão interconectados os ecossistemas naturais (TAGLIANI, 2002).

2.5 O conceito de patrimônio nacional tem o significado de domínio eminente, isto é de um conjunto de poderes outorgados à sociedade que, independente de qualquer outro título, condiciona ou submete todos os outros direitos sobre as coisas, inclusive a propriedade privada ou pública. Ao declarar a zona costeira patrimônio nacional, a Constituição Federal de 1988 afirmou um princípio jurídico que sustenta toda a aplicação da legislação federal e estadual relativa à zona costeira, gerando assim, um sistema de alta coerência e eficácia (OLIVEIRA & NICOLODI).

### **O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)**

2.6 A zona costeira do Brasil é constituída pelo mar territorial e pelo conjunto dos territórios dos municípios litorâneos. Na parte terrestre, a população costeira atinge quase 44 milhões de habitantes, com uma densidade populacional de 135 hab/km<sup>2</sup> (seis vezes a média nacional).

Destaca-se que 16 regiões metropolitanas brasileiras encontram-se à beira-mar, representando mais de 35 milhões de habitantes – cerca de 19% da população do país - , em menos de 1% do território nacional.

2.7 O patrimônio natural contido na zona costeira do Brasil pode ser qualificado como de grande valor ambiental, apresentando recursos altamente valiosos, tanto do ponto de vista ecológico quanto socioeconômico.

2.8 A Lei nº 7.661/1988, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), definiu que seu detalhamento seria estabelecido em documento específico, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), visando orientar a utilização racional dos recursos na zona costeira. Esta lei foi posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 5.300/2004, que agrega, também, critérios para a gestão da orla marítima.

2.9 De acordo com os marcos legais apresentados, a CIRM é responsável pela supervisão do PNGC e sua execução é feita por meio do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), cabendo ao MMA o papel de coordenador do PNGC (Figura 1).



Figura 1. Arranjo Institucional do PNGC.

2.10 O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) contempla, entre outros, os seguintes aspectos: urbanização, ocupação e uso do solo, do subsolo e das águas; parcelamento e remembramento do solo; sistema viário e de transporte; sistema de produção, transmissão e distribuição de energia; habitação e saneamento básico; turismo, recreação e lazer; pesca e aquicultura; patrimônio natural, histórico, étnico, cultural e paisagístico.

2.11 A primeira versão do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC I) foi aprovada em 1990 na 25ª Reunião Ordinária do CONAMA. Sua publicação se deu na forma da Resolução CIRM nº 001, de 21 de novembro de 1990, como parte integrante da PNMA e da Política Nacional dos Recursos do Mar. Em 1997 o PNGC I passou por uma revisão e a Resolução CIRM nº 5, de 3 de

dezembro de 1997, aprovou o PNGC II que encontra-se em vigor até os dias atuais. O PNGC II/1997, define, estrategicamente, o **estabelecimento de diretrizes comuns e articulações sistemáticas entre as políticas setoriais da própria União**, em seu exercício na zona costeira. O Plano também prevê a elaboração de planos de gestão nas diferentes esferas de governo, como princípio de harmonização de políticas, via instrumentos de ordenamento ambiental territorial, entendido como processo de gestão integrada, descentralizada e participativa, das atividades socioeconômicas nos espaços costeiros, visando compatibilizar o aproveitamento de seus potenciais econômicos e a preservação da estrutura e função dos ecossistemas envolvidos, garantindo a qualidade de vida da população e a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural. Para este fim, destaca-se também no PNGC II a criação do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro – GI-GERCO, coordenado pelo MMA e composta por representantes de 13 Ministérios, Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MPOG), Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), Ibama, ICMBio, Antaq, Abema, Anamma, Coordenações Estaduais dos Gerenciamentos Costeiros, Ministério Público e Petrobras, além de representante da sociedade civil, indicado pelo Conama e representante de Universidades.

2.12 Visando à implementação e a articulação dessas políticas, o Gerenciamento Costeiro (GERCO), cujo objetivo é operacionalizar o PNGC de forma descentralizada e participativa, tem como arranjo institucional para a sua execução, o MMA como órgão central, coordenando todas as ações na esfera federal, articulado com os governos dos 17 estados litorâneos através dos seus respectivos órgãos ambientais, no papel de executores estaduais, os quais buscam integrar suas ações com os municípios.

2.13 Atualmente, quanto à implementação dos instrumentos previstos no PNGC II, pode-se afirmar que 7 estados dispõem de marco legal que institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC), 15 já apresentam pelo menos um setor com zoneamento ecológico econômico costeiro (ZEEC) consolidado e 12 têm institucionalizada a Comissão Técnica Estadual para a zona costeira.

2.14 No âmbito federal, o Plano de Ação Federal da Zona Costeira - PAF-ZC e o Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil se constituem nos instrumentos de ação mais objetivos do PNGC II. O PAF-ZC estabelece o referencial de atuação programática da União no território da costa. Nas suas três linhas de ação, cobre um amplo espectro de projetos voltados para o ordenamento ambiental territorial, a conservação e proteção do patrimônio natural e cultural, o controle e o monitoramento de fenômenos, dinâmicas e processos incidentes na costa brasileira.

2.15 Os projetos previstos no PAF-ZC estão a cargo de distintas unidades do Governo, exigindo ainda para a sua plena implementação uma forte articulação federativa com os 17 estados e os quase 400 municípios costeiros. Esses projetos visam responder a impactos gerados por vetores de desenvolvimento que incidem de forma mais ou menos concentrada em trechos particulares do litoral brasileiro, conforme apontado no Macrodiagnóstico. Nessa concepção destaca-se o Projeto Orla que vem tendo êxito em sua implementação, com cerca de 20% dos municípios costeiros atuando no projeto.

2.16 O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla – é uma ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no âmbito da sua Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP). Suas ações estão voltadas para o ordenamento dos espaços litorâneos, especialmente aqueles sob domínio da União, aproximando as políticas ambiental, urbanística e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade.

2.17 O Projeto Orla busca garantir a todos os cidadãos a garantia do livre acesso as praias e possui as seguintes diretrizes:

- Valorizar ações inovadoras de gestão voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais e da ocupação dos espaços litorâneos.
- Fortalecer a participação da sociedade na gestão integrada da orla;
- Melhorar e aperfeiçoar as leis (o arcabouço normativo) para o ordenamento de uso e ocupação da orla;
- Desenvolver e incentivar a participação das associações, ONGs, organizações locais, prefeituras por meio dos Comitês Gestores para contribuir com a administração da orla;
- Valorizar diferentes ações inovadoras de gestão (organização, administração) voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais e da ocupação dos espaços litorâneos.

2.18 Uma demanda recente da implantação do Projeto Orla vem a ser a sua aplicação para as áreas estuarinas e fluviais. A Secretaria do Patrimônio da União/Ministério do Planejamento vem protagonizando a adaptação do projeto para esses ambientes, em especial nos rios federais, no escopo do Projeto Orla Fluvial. A exemplo do que acontece no Projeto Orla marítimo, o desafio do projeto na orla fluvial é desenhar o arranjo institucional adequado para sua execução no âmbito do Sistema Nacional dos Recursos Hídricos.

## O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e a Política Nacional de Recursos Hídricos

2.19 A zona costeira é moldada por agentes muito distantes no tempo (sua formação geológica, variações sazonais e interanuais) e no espaço (condições atmosféricas em alto mar, correntes oceânicas ou variações de nível do mar, processos hidrológicos em toda a bacia hidrográfica etc.) conferindo-lhe uma peculiaridade de forma que uma avaliação criteriosa não pode ficar restrita ao espaço geográfico da zona costeira em si (COPPE, 2009).

2.20 De acordo com a Lei 7661/88 a Zona Costeira é o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, ou seja a tríplice fronteira, onde os oceanos são considerados o volante do clima. Como por exemplo, as mudanças da temperatura do oceano costeiro podem influenciar a diluição e a circulação hidrodinâmica nas regiões vizinhas de emissários submarinos, mas também podem alterar o padrão de brisas marinhas e terrestres e influir na precipitação e na formação de sistemas meteorológicos que incidem sobre a zona costeira. Além disso, a alteração de temperatura do oceano traz consequências sobre as propriedades termohalinas **de baías e áreas estuarinas** com consequências para a fauna e flora.

2.21 É fundamental entender as relações entre as bacias hidrográficas e as regiões costeiras, pois mudanças no regime pluvial interferem com o balanço de água doce e salgada nos estuários e com o aporte de sedimentos na zona costeira, com consequências sobre uma cadeia ecológica bastante ampla que inclui, por exemplo, manguezais e bancos de corais (COPPE, 2009).

2.22 O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) foi instituído por meio da promulgação da Lei n. 7.661/88 e teve um significativo respaldo da Constituição Federal de 1988, que considerou a Zona Costeira como Patrimônio Nacional, nos termos do § 4º do artigo 215. O Plano está inserido no âmbito da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei n. 6.938/81), fazendo parte do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA e no da Política Nacional de Recursos do Mar.

2.23 Passados nove anos, a Política Nacional de Recursos Hídricos foi instituída por meio da Lei n. 9.433/97, sendo que a partir desse marco legal, passaram a coexistir dois sistemas de gestão: o SISNAMA e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH. Cada Sistema contempla em sua estrutura, colegiados deliberativos próprios, princípios, fundamentos e instrumentos de gestão específicos.

2.24 A exigência constitucional de criação de um sistema (SINGREH) paralelo ao de Meio Ambiente constitui um avanço e, ao mesmo tempo, uma fonte de problema. Trata-se de um avanço quando se toma por referência a importância da água como insumo produtivo e como recurso

natural a ser protegido. Por outro lado, a sua instituição traz problemas na medida em que ele foi formatado como um sistema à parte, sem declaração de vinculação àquele que trata de uma temática mais ampla, por abrigar os recursos ambientais como um todo indissociável – o SISNAMA.

2.25 A interseção entre Zonas Costeiras e Bacias Hidrográficas torna-se muito clara quando da análise de fatores ambientais e sócio-econômicos, uma vez que o desenvolvimento de atividades dependentes dos recursos naturais no baixo curso das bacias hidrográficas é, em certas ocasiões, impossibilitado devido à carga de contaminantes e poluentes provenientes das regiões mais altas. Assim, as políticas de meio ambiente, de recursos hídricos, de ordenamento territorial e todas as políticas setoriais (portuária, urbana, transportes, mineraria, turística, dentre outras) devem ser compatibilizadas sob o prisma do desenvolvimento regional, onde se incluem o planejamento para as Bacias Hidrográficas e ocupação da Zona Costeira.

2.26 Em termos jurídicos, tanto a Lei n. 7.661/88 (e seu Decreto regulamentador n. 5.300/2004) quanto a Lei n. 9.433/97 **já prevêem a integração da gestão de bacias hidrográficas e zonas costeiras, mas não dão indicativos de como o fazer.** Segundo o PNGC, a gestão costeira deverá prever o zoneamento de usos e atividades na zona costeira e dar prioridade à conservação e proteção, entre outros, dos seguintes bens: recursos naturais, renováveis e não renováveis; recifes; parciais e bancos de algas; ilhas oceânicas; sistemas fluviais, estuarinos e lagunares; baías e enseadas; praias, (...). Já o Decreto n. 5300/2004, em seu artigo 5º, considera como princípios fundamentais da gestão da zona costeira aqueles estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente, na Política para os Recursos do Mar e na Política Nacional de Recursos Hídricos, ou seja:

*Art. 5º São princípios fundamentais da gestão da zona costeira, além daqueles estabelecidos na Política Nacional de Meio Ambiente, na Política Nacional para os Recursos do Mar e na Política Nacional de Recursos Hídricos:*

*I - a observância dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil na matéria;*

*II - a observância dos direitos de liberdade de navegação, na forma da legislação vigente;*

*III - a utilização sustentável dos recursos costeiros em observância aos critérios previstos em lei e neste Decreto;*

***IV - a integração da gestão dos ambientes terrestres e marinhos da zona costeira, com a construção e manutenção de mecanismos participativos e na compatibilidade das políticas públicas, em todas as esferas de atuação (grifo nosso);***

*V - a consideração, na faixa marítima, da área de ocorrência de processos de transporte sedimentar e modificação topográfica do fundo marinho e daquela onde o efeito dos aportes terrestres sobre os ecossistemas marinhos é mais significativo;*

*VI - a não-fragmentação, na faixa terrestre, da unidade natural dos ecossistemas costeiros, de forma a permitir a regulamentação do uso de seus recursos, respeitando sua integridade;*

*VII - a consideração, na faixa terrestre, das áreas marcadas por atividade socioeconômico-cultural de características costeiras e sua área de influência imediata, em função dos efeitos dessas atividades sobre a conformação do território costeiro;*

*VIII - a consideração dos limites municipais, dada a operacionalidade das articulações necessárias ao processo de gestão;*

*IX - a preservação, conservação e controle de áreas que sejam representativas dos ecossistemas da zona costeira, com recuperação e reabilitação das áreas degradadas ou descaracterizadas;*

*X - a aplicação do princípio da precaução tal como definido na Agenda 21, adotando-se medidas eficazes para impedir ou minimizar a degradação do meio ambiente, sempre que*

*houver perigo de dano grave ou irreversível, mesmo na falta de dados científicos completos e atualizados;*

*XI - o comprometimento e a cooperação entre as esferas de governo, e dessas com a sociedade, no estabelecimento de políticas, planos e programas federais, estaduais e municipais.*

2.27 A Lei n. 9.433/97 preconiza, em seu artigo 3º, as diretrizes gerais de ação para implementação dessa Política, prevendo a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental, a integração da gestão de recursos hídricos com uso do solo e a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras. **Portanto constata-se que ambas as leis sinalizam e evidenciam a necessidade de ou integração entre as políticas setoriais.**

2.28 Outra questão importante a ser considerada no processo de articulação entre os planos é a gestão das terras da União e o espelho d'água, uma vez que a definição dos terrenos de marinha está vinculada a influência das marés. Assim esses terrenos podem estar próximos tanto da costa marítima, do continente e das ilhas como nas margens de rios e lagos. Desta forma a integração desses espaços, zona costeira e bacias hidrográficas, apresenta uma importante interseção com a gestão do Patrimônio da União.

**Proposta de Resolução que “estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos em regiões que contenham trechos de zona costeira”**

2.29 No que diz respeito a análise da proposta de resolução supracitada constata-se que o relatório não analisou a última versão apresentada pela CTCOST intitulada de “ANEXO 5”. O relatório deve responder se a última versão da proposta de resolução apresentada atende ou não as demandas dos estados que necessitam elaborar seus Planos de Recursos Hídricos na Zona Costeira e precisam, minimamente, de uma orientação metodológica.

2.30 O gerenciamento costeiro, conforme implantado no Brasil, atribuiu aos estados a responsabilidade pela adoção de mecanismos legais de controle, procedimentos de monitoramento e câmaras formais para discussão, visando a ordenação e o uso sustentável do espaço geográfico. A necessidade de se integrar a gestão de duas regiões interdependentes é uma demanda apresentada pelos estados localizados na Zona Costeira. Estes vêm utilizando informalmente a proposta de Resolução para orientar a elaboração dos seus Planos de Recursos Hídricos. Neste sentido o Grupo de Trabalho criado justamente para prestar aos conselheiros os esclarecimentos técnicos, institucionais e jurídicos relativos a temas que envolvam recursos hídricos em zona costeira, levando em consideração a proposta de Resolução supracitada, não avaliou se as diretrizes adicionais colaboram ou não com a integração das duas regiões.

2.31 O relatório analisa os artigos da proposta de Resolução e apresenta algumas conclusões como:



*“A proposta de resolução em tela, a nosso juízo, não preenche os anseios da integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zona costeira. Ainda não estão absolutamente claros os limites de atuação das duas gestões envolvidas na zona costeira com relação aos recursos hídricos. Hidrologicamente, não há como separar o estuário do resto da bacia hidrográfica, por exemplo”.*

...

*“A proposta apresentada pela CTCOST, ao contrário, aponta, de forma unilateral, o modo como um – e apenas um – dos instrumentos da gestão de recursos hídricos (plano) deve ser implementado, não levando em consideração os aspectos de integração preconizados pela Lei nº 9.433/1997, especialmente a integração com os instrumentos existentes para a gestão costeira”.*

...

*“Comentando mais especificamente a proposta de resolução, já no art. 1º deparamos comando para o qual não há ainda instrumentos adequados, qual seja o de que “os Planos de Recursos Hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira deverão ser desenvolvidos ou atualizados **de forma integrada com as diretrizes e instrumentos de gestão costeira no âmbito municipal, regional, estadual e federal**”.*

*“Há uma evidente dificuldade em encontrar contraparte adequada no gerenciamento costeiro para levar a cabo o ordenamento do art. 3º, inciso VI, da Lei nº 9.433/1997, qual seja o de “integrar a gestão de bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e Zonas Costeiras”. Não é conveniente, assim, que o SINGREH aguarde eventual estruturação do sistema de gerenciamento costeiro para abranger, na sua atuação, considerações específicas para a zona costeira e sistemas estuarinos. Há questões que não podem aguardar a consolidação do diálogo entre os dois sistemas e que precisam ser enfrentadas pelo SINGREH, como a aplicação dos instrumentos de gestão para os usos da água na zona costeira, que incluem transporte e navegação, atividades de aquicultura e pesca, abastecimento humano por meio*

*do processo da dessalinização, turismo e recreação, tratamento e disposição final de efluentes domésticos e industriais, água para uso de resfriamento, preservação de ecossistemas”.*

2.32 A escolha dos Planos de Recursos Hídricos como primeiro instrumento a ser trabalhado se deve ao seu caráter disseminador de diretrizes para os demais instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, bem como de orientação aos comitês de bacia para começarem a lidar com mecanismos de integração entre os sistemas de recursos hídricos e de gerenciamento costeiro. A proposta de Resolução não tem a pretensão de esgotar as ferramentas necessárias para enfrentar o desafio de promover tal integração, como determinado pela Lei n. 9.433/97, mas poderá ser a primeira peça de uma estratégia mais ampla de atuação não só da CTCOST como de todo o CNRH.

2.33 É importante considerar que a proposta em questão não pretende que o SINGREH se submeta ao Plano Nacional do Gerenciamento Costeiro mas apenas que considere as peculiaridades e particularidades desse espaço geográfico principalmente no momento em que se discutem fenômenos globais como as mudanças climáticas.

*... “o Grupo de Trabalho entende que o que é possível ocorrer na prática entre os dois sistemas é uma articulação, e não uma integração, apesar das palavras do inciso VI do art. 3º da Lei nº 9.433/1997, e devem os esforços ser dirigidos nesse sentido.*

*Finalmente, sugerimos que seja encaminhada Moção à Casa Civil da Presidência da República para que envie esforços no sentido de alterar a Lei nº 7.661/1988 para incluir o SINGREH e o CNRH conforme sugestão no Anexo II”.*

2.34 Ou seja, o relatório sugere descumprir o que foi estabelecido no inciso VI do art. 3º da Lei nº 9.433/1997 e ainda sugere alterar a Lei 7.661/1988, como se este encaminhamento resolvesse a demanda dos estados que necessitam de orientação metodológica para realizarem seus Planos de Bacias Hidrográficas localizadas na Zona Costeira.

2.35 Ainda que se tenha dificuldade de definir claramente os limites de atuação de cada plano, esse problema não pode ser usado como argumento de não fazer. O planejamento será mais efetivo se ao invés de partir de cenários ideais e negar a necessidade de integração, partir-se do reconhecimento da necessidade de integração da gestão costeira e dos recursos hídricos, e que esta integração poderá ser aperfeiçoada com as experiências e a difusão de melhores práticas de gestão.

### 3. Conclusão

3.1 No Brasil, a integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de meio ambiente, preconizada na Lei no 9.433/97, ainda necessita ser efetivada, a despeito de suas inequívocas inter-relações. No caso da Zona Costeira, a definição de macro diretrizes para a implementação conjunta e harmônica das duas políticas de gestão é urgente, uma vez que os impactos relacionados a alterações indesejáveis no volume, na vazão e na carga de sedimentos e poluentes que aportam às zonas costeiras e estuarinas, não se dão apenas sobre os meios físico e biótico, mas afetam também a estrutura socioeconômica em diversas escalas.

3.2 Quatorze anos após a edição da Lei nº 9.433/97, o tema integração da gestão de bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zona costeira (Art. 3º, Inciso VI) ainda está sendo negligenciado e ambas as gestões são exercidas como se a outra não existisse, ou pior, como se as intervenções sobre os recursos hídricos promovidas no interior das bacias hidrográficas não interferissem na zona costeira, e vice-versa.

3.3 A proposta de Resolução está alinhada com normas e experiências internacionais e, certamente, colocará o Brasil numa posição de destaque no que se refere à proatividade no trato desse tema.

3.4 A proposta de Resolução encaminhada contempla manifestações de diversos comitês de bacia e conselhos estaduais de recursos hídricos, configurando-se, de certa forma, em uma proposta com um bom grau de legitimidade.

3.5. Entende-se portanto que possíveis lacunas no entendimento dos conceitos e conhecimento das práticas atuais do gerenciamento costeiro possa ter interferido na qualidade da análise apresentada no Relatório do GT. Nesse sentido o Departamento de Zoneamento Territorial/SEDR/MMA se coloca a disposição para apresentar maiores esclarecimentos ao Grupo de Trabalho.

3.6 Após análise do relatório do Grupo de Trabalho "Esclarecimentos sobre os planos de recursos hídricos em regiões que contenham trechos da zona costeira" sugere-se que:

- 1) Nova análise seja realizada sobre a última versão da proposta de Resolução considerando a necessidade de nivelamento quanto aos conceitos da gestão costeira integrada e da gestão de recursos hídricos;
- 2) Posteriormente a mesma seja encaminhada à CTCOST/CNRH para avaliar a pertinência das sugestões de alteração na proposta de Resolução;

- 3) Essa Nota Técnica seja enviada à Secretaria Executiva do Conselho de Recursos Hídricos e que a mesma seja encaminhada ao coordenador do Grupo de Trabalho e ao coordenador da CTCOST/CNRH;
- 4) Seja proposto um nivelamento sobre a gestão da costa brasileira e seu marco legal ao Grupo de Trabalho, para o qual esta Gerência Costeira (GC/DZT/SEDR/MMA) se coloca à disposição;
- 5) Seja solicitado à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que o Departamento de Zoneamento Territorial (MMA/SEDR/DZT) seja informado das datas de reunião do referido conselho para acompanhamento e assessoramento em articulação com os conselheiros do MMA, IBAMA e ANA.

À consideração superior,

<b>ASSINATURAS</b>	
<b>Responsável pela elaboração da nota técnica</b>  <p style="text-align: center;"><b>CLÁUDIA REGINA DOS SANTOS</b> Técnica em Legislação Ambiental</p> <p style="text-align: center;"><b>MÁRCIA R. LIMA DE OLIVEIRA</b> Analista Ambiental</p>	<b>Chefia Imediata</b>  <p style="text-align: center;"><b>LEILA SWERTS</b> Gerente da Gerência Costeira</p>
<b>SECRETÁRIO</b>  <p style="text-align: center;"><b>ROBERTO RICARDO VIZENTIN</b> Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável</p>	<b>DATA</b>  <p style="text-align: center;">BRASÍLIA,     DE SETEMBRO DE 2011.</p>

### **Referências Bibliográficas**

COPPE, 2009. Vulnerabilidade da zona costeira brasileira às mudanças climáticas, 537 pgs. Disponível no sítio [www.coppetec.coppe.ufrj.br](http://www.coppetec.coppe.ufrj.br)

OLIVEIRA, M.R.L & NICOLODI, J. L. O marco legal sobre praias na legislação brasileira e a atuação do poder público: Os dez anos do Projeto Orla. Artigo no prelo.

TAGLIANI, C. R. A 2002. A mineração na porção média da Planície Costeira do Rio Grande do Sul: Estratégia para a gestão sob um enfoque de Gerenciamento Costeiro Integrado. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Geociências, UFRS, 272 pg.